

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CAMINHOS DECOLONIAIS NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL

Antonio Felipe Beserra¹
Júlio César de Souza²
Carla Emanuela de Melo Lima³
Shirleidy de Sousa Freire⁴
Cicero Gilberto Barros Gomes⁵
Mauro Filho Peixoto Parnaíba⁶
Cecília Morgana Araújo de Souza Barreto⁷
Priscila Maria Araújo de Souza⁸
Laiany Henrique Félix⁹
Maria Daiane Peixoto¹⁰
Domingos Ferreira Alencar Diogenes¹¹
Débora Maria Lopes Camelo¹²
José Wepson Carneiro de Souza¹³

RESUMO: A educação antirracista tem se consolidado como um campo essencial no enfrentamento das desigualdades étnico-raciais historicamente produzidas nas sociedades latino-americanas. Este artigo tem como objetivo analisar os fundamentos teóricos, políticos e pedagógicos da educação antirracista, destacando suas contribuições para a construção de práticas educacionais comprometidas com a justiça social. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa, caráter exploratório e método dedutivo, realizada a

1

¹ Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação (Must University). Mestrando em Filosofia (Proffilo/UFCA). Professor de Filosofia da EEEP Deputado José Walfrido Monteiro

² Graduado em Geografia pela URCA - Universidade Regional do Cariri (2009). Especializado em Gestão Escolar pela UVA - Universidade Vale do Acaraú(2010). Especialização em Docência Prática da Geografia pela FOCUS - Grupo Focus de Educação Ltda (2026). Pós-Graduando em Ensino da Geografia pela URCA - Universidade Regional do Cariri. Professor de Geografia e Sociologia na EEEP DEPUTADO JOSÉ WALFRIDO MONTEIRO, Icó - Ceará.

³ Mestrado Profissional em Ensino de História - URCA. Professora de História na EEMTI Padre José Alves de Macedo.

⁴ Doutoranda em Ciências da Educação, Christian Business School.

⁵ Mestre em Letras (PROFLETRAS/UFCEG).

⁶ Mestrando em Ensino de Geografia (ProfGeo/URCA). Licenciatura em Geografia (UECE). Professor de Geografia da EEEP Deputado José Walfrido Monteiro

⁷ Licenciatura em Português pela Universidade Estadual Vale do Acaraú

⁸ Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IF Sertão-PE). Licenciatura em Física (UNIasselvi). Professora de Física da EEEP Deputado José Walfrido Monteiro

⁹ Mestranda pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação - Universidade Regional do Cariri - URCA

¹⁰ Mestranda em Letras (Profletas/UFCEG). Professora de Língua Portuguesa da EEEP Deputado José Walfrido Monteiro

¹¹ Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação (Must University).

¹² Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação (Must University). Pós-graduação em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio (UVA)

¹³ Letras - Inglês (Universidade Estácio de Sá). Letras - Espanhol (UFC). Especialização Lato Sensu (Metodologia do Ensino de Língua Inglesa). Especialização Lato Sensu (Ensino Religioso). Servidor Público Municipal (professor efetivo). Atualmente ocupando cargo comissionado na coordenação pedagógica da EMTI Professora Lourdes Costa.

partir de produções acadêmicas disponíveis nas bases de dados Google Acadêmico e Scielo. O estudo fundamenta-se em autores que discutem o letramento racial crítico, as epistemologias decoloniais e as práticas pedagógicas insurgentes no contexto educacional brasileiro. Os resultados apontam que a educação antirracista exige não apenas a inclusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira, mas também uma transformação epistemológica, curricular e metodológica que questione as bases eurocêntricas do conhecimento. Conclui-se que a construção de uma educação antirracista passa pela valorização de saberes subalternizados, pela formação crítica de professores e pela implementação efetiva de políticas públicas educacionais.

Palavras-chave: Educação antirracista. Decolonialidade. Letramento racial. Práticas pedagógicas. Educação.

ABSTRACT: Anti-racist education has emerged as an essential field in addressing historically produced ethnic-racial inequalities in Latin American societies. This article aims to analyze the theoretical, political, and pedagogical foundations of anti-racist education, highlighting its contributions to the construction of educational practices committed to social justice. This is a bibliographic research with a qualitative approach, exploratory nature, and deductive method, based on academic productions available in Google Scholar and Scielo databases. The study is grounded in authors who discuss critical racial literacy, decolonial epistemologies, and insurgent pedagogical practices in the Brazilian educational context. The results indicate that anti-racist education requires not only the inclusion of content on Afro-Brazilian history and culture, but also an epistemological, curricular, and methodological transformation that challenges Eurocentric foundations of knowledge. It is concluded that building an anti-racist education involves valuing marginalized knowledge, critical teacher training, and the effective implementation of public educational policies.

2

Keywords: Anti-racist education. Decoloniality. Racial literacy. Pedagogical practices. Education.

RESUMEN: La educación antirracista se ha consolidado como un campo esencial en la lucha contra las desigualdades étnico-raciales históricamente producidas en las sociedades latinoamericanas. Este artículo tiene como objetivo analizar los fundamentos teóricos, políticos y pedagógicos de la educación antirracista, destacando sus contribuciones a la construcción de prácticas educativas comprometidas con la justicia social. Se trata de una investigación bibliográfica, con enfoque cualitativo, carácter exploratorio y método deductivo, realizada a partir de producciones académicas disponibles en Google Académico y Scielo. El estudio se fundamenta en autores que abordan el letramiento racial crítico, las epistemologías decoloniales y las prácticas pedagógicas insurgentes en el contexto educativo brasileño. Los resultados indican que la educación antirracista requiere no solo la inclusión de contenidos sobre la historia y cultura afrobrasileña, sino también una transformación epistemológica, curricular y metodológica que cuestione las bases eurocéntricas del conocimiento. Se concluye que la construcción de una educación antirracista implica la valorización de saberes subalternizados, la formación crítica del profesorado y la implementación efectiva de políticas públicas educativas.

Palavras-clave: Educación antirracista. Decolonialidad. Letramiento racial. Prácticas pedagógicas. Educación.

INTRODUÇÃO

A persistência do racismo estrutural nas sociedades contemporâneas, especialmente no contexto brasileiro, revela a profundidade das desigualdades étnico-raciais historicamente constituídas e a necessidade de respostas institucionais mais efetivas. Resultante de processos coloniais, escravistas e de hierarquização racial, o Brasil consolidou um modelo social marcado por assimetrias que se reproduzem em diferentes esferas, entre elas a educação. Nesse cenário, a escola não se configura como um espaço neutro, mas como um território permeado por disputas simbólicas e epistemológicas, no qual se produzem, legitimam e, por vezes, contestam narrativas sobre identidade, cultura e poder.

Apesar de avanços normativos, como a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ainda se observam dificuldades significativas na efetivação de uma educação comprometida com a equidade racial. Tal contexto evidencia um problema central que orienta este estudo: *em que medida a educação antirracista pode contribuir para a transformação das estruturas epistemológicas, pedagógicas e formativas que sustentam a reprodução das desigualdades raciais no ambiente escolar?*

A relevância desta investigação justifica-se pela necessidade de aprofundar o debate teórico e prático sobre a educação antirracista, compreendida não somente como uma diretriz curricular, mas como um projeto político-pedagógico voltado à transformação social. Em um país marcado por profundas desigualdades raciais, pensar a educação a partir de uma perspectiva crítica e decolonial torna-se fundamental para a construção de práticas que promovam justiça social, valorização da diversidade e inclusão efetiva de sujeitos historicamente marginalizados.

Do ponto de vista teórico, este estudo dialoga com contribuições recentes que problematizam a centralidade das epistemologias eurocêntricas na educação. Alves-Brito (2025) evidencia como a formação educacional na chamada “América Ladina” foi estruturada a partir de referenciais excludentes, enquanto Oliva e Conceição (2023) discutem a necessidade de construção de epistemologias insubmissas como caminho para uma educação anticolonial. No campo das práticas pedagógicas, Braúna, Silva Souza e Sobrinha (2022) destacam o papel do letramento racial crítico, ao passo que Da Silva (2023) enfatiza a importância de revisões metodológicas no ensino. Complementarmente, Oliveira, Pedroza e Pulino (2023) introduzem o conceito de escriturais como estratégia de valorização de experiências e identidades na produção do conhecimento.

Diante desse panorama, este trabalho tem como objetivo geral analisar os fundamentos teóricos, pedagógicos e epistemológicos da educação antirracista, destacando suas contribuições

para a construção de práticas educacionais comprometidas com a justiça social. Como objetivos específicos, busca-se compreender o papel das epistemologias decoloniais na reconfiguração do conhecimento escolar, discutir a importância do letramento racial crítico nas práticas pedagógicas e analisar a centralidade da formação docente na implementação de propostas educacionais antirracistas.

Metodologicamente, o estudo parte de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em pesquisa bibliográfica e orientada pelo método dedutivo, com base em produções acadêmicas disponíveis nas bases Google Acadêmico e Scielo.

Destarte, quanto à estrutura, o artigo organiza-se da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se o referencial teórico, no qual são discutidas as bases históricas, decoloniais e pedagógicas da educação antirracista; em seguida, descreve-se a metodologia adotada; posteriormente, são analisados e discutidos os resultados da pesquisa; e, por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais se retomam os principais achados e se apontam possíveis contribuições para o campo educacional.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação antirracista e perspectivas históricas e decoloniais

4

A compreensão da educação antirracista exige, necessariamente, sua inserção em uma perspectiva histórica crítica, capaz de evidenciar como os processos de colonização moldaram não apenas as estruturas sociais, mas também os modos de produção, validação e circulação do conhecimento. No contexto latino-americano, ou, conforme a formulação político-epistemológica de Alves-Brito (2025), da “América Ladina”, a educação foi historicamente constituída a partir de referenciais eurocêntricos, os quais instituíram hierarquias entre saberes e sujeitos. Essa dinâmica legitimou determinadas formas de conhecimento em detrimento de outras, resultando na marginalização sistemática de epistemologias afro-diaspóricas, indígenas e populares, frequentemente desqualificadas como não científicas ou inferiores.

Essa configuração evidencia que o racismo não se restringe a práticas sociais explícitas, mas se inscreve profundamente nas bases epistemológicas da educação. Nesse sentido, a proposta de uma educação antirracista implica não apenas a revisão de conteúdos curriculares, mas também a problematização das próprias estruturas que definem o que é considerado conhecimento válido. É nesse ponto que as perspectivas decoloniais assumem centralidade, pois

propõem a ruptura com a lógica colonial do saber, do poder e do ser, historicamente responsáveis pela manutenção de desigualdades e exclusões.

A abordagem decolonial não se limita à inclusão de novos conteúdos. Ela reivindica a construção de epistemologias insurgentes, capazes de desafiar as narrativas hegemônicas e promover a valorização de saberes historicamente subalternizados. Conforme argumentam Oliva e Conceição (2023), a educação antirracista deve ser compreendida como um projeto anticolonial que busca tensionar e reconfigurar as estruturas de poder presentes no currículo, na prática pedagógica e na organização institucional da escola. Trata-se de um movimento que visa deslocar o eixo epistemológico dominante, abrindo espaço para a pluralidade de vozes e experiências que compõem a realidade social brasileira.

Nesse horizonte, a História da Educação assume um papel fundamental como ferramenta crítica de análise e intervenção. De Barros (2022) alerta para a necessidade de evitar tanto a romantização quanto o apagamento das experiências negras nos processos educativos, destacando que a reconstrução histórica deve ser orientada por um compromisso ético com a verdade e com a justiça social. Ao revisitar criticamente o passado, torna-se possível compreender como determinadas narrativas foram construídas e naturalizadas, bem como identificar os mecanismos de exclusão que ainda persistem no presente.

5

Ademais, a incorporação de uma perspectiva histórica e decolonial na educação antirracista permite não apenas a denúncia das desigualdades, mas também a afirmação de outras possibilidades de existência, conhecimento e aprendizagem. Isso implica reconhecer os sujeitos historicamente marginalizados como produtores legítimos de saber, promovendo uma educação que não apenas inclua, mas que transforme as bases sobre as quais o próprio sistema educacional está estruturado.

Logo, a articulação entre história, decolonialidade e educação antirracista revela-se fundamental para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial, com a valorização da diversidade e com a superação das heranças coloniais que ainda permeiam o campo educacional.

Letramento racial crítico e práticas pedagógicas

O letramento racial crítico constitui um dos pilares fundamentais da educação antirracista, na medida em que possibilita a compreensão das dinâmicas raciais que estruturam as relações sociais e produzem desigualdades historicamente enraizadas. Mais do que a aquisição de conhecimentos sobre diversidade, trata-se de um processo formativo que visa

desenvolver a capacidade de leitura crítica da realidade, permitindo aos sujeitos identificar, problematizar e enfrentar o racismo em suas múltiplas manifestações, sejam elas explícitas ou veladas. Nesse sentido, Braúna, Silva Souza e Sobrinha (2022) defendem que o letramento racial crítico envolve a construção de uma consciência social e política, orientada para a transformação das estruturas que sustentam a discriminação racial.

Essa perspectiva amplia o papel da educação, que deixa de ser simplesmente um espaço de transmissão de conteúdos e passa a assumir uma função emancipatória. O letramento racial crítico, portanto, implica o desenvolvimento de competências interpretativas que possibilitem aos estudantes compreender como o racismo se manifesta nas instituições, nas práticas cotidianas e nos discursos sociais, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a justiça social.

No âmbito das práticas pedagógicas, essa abordagem exige uma revisão profunda das metodologias de ensino. Conforme destaca Da Silva (2023), a educação antirracista demanda a adoção de estratégias didáticas que valorizem a diversidade étnico-racial e promovam a equidade no ambiente escolar. Isso implica a superação de práticas tradicionais, frequentemente marcadas pela homogeneização cultural e pela reprodução de estereótipos, em favor de propostas pedagógicas que reconheçam a pluralidade de experiências e saberes presentes na sala de aula.

6

Nesse contexto, torna-se fundamental a incorporação de abordagens interdisciplinares, o uso de materiais didáticos representativos e a valorização de narrativas historicamente marginalizadas. Além disso, práticas como o diálogo crítico, a problematização de situações concretas e a análise de discursos midiáticos e institucionais podem contribuir significativamente para o desenvolvimento do letramento racial crítico.

A formação docente, por sua vez, emerge como elemento central para a efetivação dessas práticas. Diallo e Lima (2022) evidenciam que muitos professores ainda enfrentam dificuldades para abordar a temática racial de forma consistente, seja pela ausência de formação específica, seja pela persistência de concepções naturalizadas sobre as relações raciais no Brasil. Diante disso, torna-se imprescindível investir em processos formativos que articulem teoria e prática, possibilitando aos educadores não apenas o domínio de conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana, mas também o desenvolvimento de uma postura crítica diante das desigualdades raciais.

Ademais, a formação continuada deve ser compreendida como um espaço de reflexão sobre as próprias práticas pedagógicas, permitindo aos docentes reconhecerem suas limitações,

revisarem suas concepções e construir estratégias mais alinhadas aos princípios da educação antirracista. Esse movimento implica, também, o reconhecimento do papel político do professor, entendido como agente de transformação social.

Dessa forma, o letramento racial crítico, articulado a práticas pedagógicas comprometidas com a equidade, configura-se como um instrumento essencial para a construção de uma educação antirracista. Ao promover a consciência crítica e a valorização da diversidade, essa abordagem contribui para a formação de sujeitos capazes de intervir na realidade e de atuar na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Epistemologias insurgentes e escrevivências

A valorização de epistemologias insurgentes configura-se como um dos eixos estruturantes da educação antirracista, na medida em que propõe a problematização das formas hegemônicas de produção do conhecimento e a afirmação de saberes historicamente silenciados. Tais epistemologias emergem como resposta crítica aos processos de subalternização impostos pela colonialidade, que, ao longo do tempo, deslegitimaram conhecimentos produzidos por sujeitos negros, indígenas e por outros grupos marginalizados. Nesse sentido, a educação antirracista não se limita à inclusão desses saberes no currículo, mas implica reconhecer sua legitimidade epistemológica e seu potencial transformador.

7

Nesse horizonte, o conceito de “escrevivências”, destacado por Oliveira, Pedroza e Pulino (2023), assume papel central como estratégia pedagógica e política. Ao articular experiência, memória e identidade na produção do conhecimento, as escrevivências rompem com a dicotomia entre sujeito e objeto, característica das epistemologias tradicionais, e afirmam a vivência como fonte legítima de saber. Trata-se de uma abordagem que valoriza narrativas pessoais e coletivas, especialmente aquelas oriundas de trajetórias marcadas por processos de exclusão, possibilitando a construção de conhecimentos situados e comprometidos com a realidade social.

A incorporação das escrevivências no contexto educacional contribui para a resignificação do espaço escolar, que passa a reconhecer os estudantes como sujeitos ativos na produção do saber. Essa perspectiva amplia as possibilidades pedagógicas, ao favorecer práticas que dialoguem com as experiências concretas dos educandos, promovendo maior engajamento, pertencimento e identificação com os processos de aprendizagem. Além disso, ao trazer à tona histórias e memórias frequentemente invisibilizadas, as escrevivências atuam como instrumento de resistência e afirmação identitária.

No que se refere às práticas pedagógicas, Monteiro (2023) destaca que a efetivação de uma educação antirracista no cotidiano escolar, no chamado “chão da escola”, depende da adoção de estratégias que reconheçam a pluralidade de saberes e promovam a participação ativa dos estudantes. Isso implica a construção de ambientes educativos democráticos, nos quais diferentes perspectivas possam ser expressas e valorizadas, rompendo com modelos hierárquicos e excludentes de ensino. Nesse contexto, o papel do professor se desloca de transmissor de conteúdos para mediador de processos formativos, comprometido com a escuta, o diálogo e a valorização da diversidade.

Ademais, a consolidação de epistemologias insurgentes no campo educacional exige a ampliação desse debate para diferentes áreas do conhecimento. Faben e Oliveira (2022) evidenciam que a inserção da temática antirracista em cursos como os de biblioteconomia revela a transversalidade da questão racial e sua relevância na formação acadêmica. Tal movimento demonstra que a educação antirracista não deve ser restrita a determinadas disciplinas, mas incorporada de forma integrada e interdisciplinar, promovendo uma formação mais crítica e sensível às desigualdades sociais.

Nesse sentido, a articulação entre epistemologias insurgentes e práticas pedagógicas antirracistas contribui para a construção de um projeto educativo comprometido com a justiça cognitiva, entendida como o reconhecimento da diversidade de formas de produzir e validar o conhecimento. Ao romper com a centralidade de perspectivas únicas e universalizantes, abre-se espaço para a construção de uma educação plural, inclusiva e socialmente referenciada.

Dessa forma, as escrevivências e outras expressões de epistemologias insurgentes não apenas enriquecem o campo educacional, mas também tensionam suas estruturas, promovendo deslocamentos que possibilitam a emergência de novos modos de ensinar, aprender e produzir conhecimento. Trata-se, portanto, de um movimento fundamental para a consolidação de uma educação antirracista efetivamente comprometida com a transformação social e com a valorização da diversidade.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e fundamentada no método dedutivo. A escolha por essa configuração metodológica decorre da necessidade de compreender, a partir de referenciais teóricos já consolidados, os principais conceitos, abordagens e problematizações que permeiam o campo da educação antirracista. Trata-se, portanto, de uma investigação que busca analisar

criticamente a produção acadêmica existente, identificando convergências, tensões e contribuições relevantes para o debate educacional contemporâneo.

A abordagem qualitativa justifica-se pelo foco na interpretação de significados, discursos e construções teóricas, permitindo uma análise mais aprofundada das perspectivas apresentadas pelos autores selecionados. Nesse sentido, não se pretende quantificar dados, mas compreender a complexidade dos fenômenos sociais relacionados ao racismo e à educação, considerando suas dimensões históricas, políticas e epistemológicas.

O caráter exploratório da pesquisa está associado à intenção de ampliar o entendimento sobre a temática, especialmente no que se refere às possibilidades de construção de práticas pedagógicas antirracistas. Esse tipo de investigação possibilita maior familiaridade com o problema estudado, favorecendo a identificação de categorias analíticas e a formulação de interpretações que contribuam para o avanço do campo teórico.

No que se refere aos procedimentos técnicos, a coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico em bases de dados amplamente reconhecidas na área acadêmica, como Google Acadêmico e Scielo. A escolha dessas plataformas deve-se à sua relevância na disseminação de produções científicas, bem como à diversidade de periódicos e trabalhos disponíveis, o que possibilita uma visão abrangente do estado da arte sobre o tema.

9

Foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para a seleção do corpus de análise. Como critérios de inclusão, consideraram-se trabalhos publicados no período de 2022 a 2025, disponíveis em formato completo e que abordassem diretamente a temática da educação antirracista, seja em sua dimensão teórica, seja em sua aplicação no contexto educacional. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados estudos que apresentavam abordagem tangencial ao tema ou que não contribuíam de forma significativa para a discussão proposta.

Após a seleção do material, procedeu-se à leitura analítica e interpretativa dos textos, com o objetivo de identificar categorias centrais, conceitos recorrentes e perspectivas teóricas predominantes. Essa etapa envolveu a organização das informações em eixos temáticos, possibilitando uma análise sistematizada e coerente com os objetivos da pesquisa.

O método dedutivo foi adotado como orientação lógica do estudo, permitindo partir de conceitos gerais, como racismo estrutural, decolonialidade e epistemologias insurgentes, para compreender suas manifestações específicas no campo educacional. Conforme destacam Tako e Kameo (2023), o método dedutivo possibilita a construção de interpretações consistentes a partir de referenciais teóricos consolidados, contribuindo para a elaboração de análises críticas e fundamentadas.

Dessa forma, a articulação entre abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e método dedutivo possibilitou a construção de um percurso investigativo coerente, capaz de oferecer subsídios teóricos relevantes para a compreensão e o fortalecimento da educação antirracista enquanto campo de estudo e prática pedagógica.

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Educação antirracista como transformação epistemológica

Os resultados da análise evidenciam que a educação antirracista não pode ser compreendida como uma prática restrita à inclusão pontual de conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana. Ao contrário, trata-se de um processo que exige uma transformação epistemológica profunda, capaz de reconfigurar as bases sobre as quais o conhecimento escolar é produzido, legitimado e transmitido. Essa transformação implica questionar os fundamentos eurocêntricos que historicamente orientaram os currículos, os materiais didáticos e as práticas pedagógicas, os quais contribuíram para a invisibilização e a desvalorização de saberes não hegemônicos.

Nesse sentido, a educação antirracista demanda uma revisão crítica dos critérios de validação do conhecimento, reconhecendo que as epistemologias dominantes não são neutras, mas atravessadas por relações de poder que privilegiam determinadas narrativas em detrimento de outras. Os achados da pesquisa apontam que a permanência de uma lógica monocultural no espaço escolar dificulta a construção de práticas efetivamente inclusivas, uma vez que limita a possibilidade de reconhecimento da diversidade de experiências e formas de saber presentes na sociedade.

A valorização de epistemologias não hegemônicas, portanto, vêm como elemento central nesse processo de transformação. Isso implica não apenas inserir novos conteúdos no currículo, mas promover um deslocamento paradigmático que reconheça a legitimidade de conhecimentos produzidos por sujeitos historicamente marginalizados. Tal movimento contribui para a construção de uma educação mais plural, na qual diferentes perspectivas possam coexistir e dialogar em condições de maior equidade.

Além disso, os resultados indicam que essa transformação epistemológica possui implicações diretas nas práticas pedagógicas e na organização do trabalho docente. Ao reconhecer a diversidade de saberes, o professor passa a atuar como mediador de processos de construção coletiva do conhecimento, valorizando as experiências dos estudantes e promovendo

uma aprendizagem mais significativa. Esse reposicionamento pedagógico favorece a criação de ambientes educativos mais democráticos, nos quais o diálogo, a escuta e o respeito às diferenças tornam-se princípios orientadores.

Outro aspecto relevante diz respeito ao impacto dessa transformação na formação da identidade dos estudantes. Ao terem acesso a narrativas e referências que dialogam com suas experiências e trajetórias, os educandos passam a desenvolver uma relação mais positiva com o conhecimento escolar, fortalecendo sua autoestima e seu senso de pertencimento. Esse processo é fundamental para a superação de práticas excludentes e para a construção de uma educação comprometida com a justiça social.

Por isso, os resultados apontam que a educação antirracista, enquanto transformação epistemológica, não se restringe ao âmbito curricular, mas envolve uma reconfiguração mais ampla do sistema educacional. Trata-se de um movimento que exige o reconhecimento das relações de poder que atravessam a produção do conhecimento, bem como o compromisso com a construção de práticas educativas que valorizem a diversidade, promovam a equidade e contribuam para a superação das desigualdades raciais historicamente constituídas.

Centralidade da formação docente

Outro aspecto de grande relevância evidenciado pelos resultados refere-se à centralidade da formação docente na efetivação de práticas pedagógicas antirracistas. A análise da literatura indica que os professores ocupam posição estratégica no processo de transformação educacional, uma vez que são responsáveis pela mediação do conhecimento e pela construção de sentidos no ambiente escolar. Nesse contexto, a formação inicial e continuada emerge como elemento-chave para a consolidação de uma educação comprometida com a equidade racial.

Os resultados apontam que a ausência de preparo teórico e metodológico adequado compromete significativamente a implementação de propostas pedagógicas críticas. Muitos docentes, ainda que reconheçam a importância da temática racial, enfrentam dificuldades para abordá-la de forma consistente, seja pela fragilidade de sua formação acadêmica, seja pela ausência de políticas institucionais que promovam o desenvolvimento de competências específicas para o trabalho com a educação antirracista. Essa lacuna formativa tende a resultar em práticas superficiais, pontuais ou descontextualizadas, que pouco contribuem para a transformação das estruturas que sustentam o racismo no espaço escolar.

Além disso, observa-se que a formação docente, em muitos casos, ainda se encontra ancorada em referenciais tradicionais que não contemplam de maneira crítica as relações étnico-

raciais. Tal cenário reforça a necessidade de revisão dos currículos dos cursos de formação de professores, de modo a incorporar conteúdos, abordagens e perspectivas que problematizem o racismo estrutural e valorizem a diversidade cultural. A inclusão dessas discussões deve ocorrer de forma transversal e contínua, evitando sua restrição a disciplinas isoladas ou a momentos específicos da formação.

Outro ponto relevante diz respeito à importância da formação continuada como espaço de reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Os resultados indicam que processos formativos permanentes possibilitam aos docentes visitar suas concepções, identificar limitações e desenvolver estratégias mais alinhadas aos princípios da educação antirracista. Nesse sentido, a formação continuada deve ser concebida não apenas como atualização de conteúdos, mas como um processo de construção coletiva de saberes, pautado no diálogo, na troca de experiências e na problematização das práticas cotidianas.

Ademais, a centralidade da formação docente está diretamente relacionada ao reconhecimento do papel político do educador. Ao atuar em uma sociedade marcada por desigualdades raciais, o professor não pode se posicionar de forma neutra, sendo chamado a assumir uma postura ética e comprometida com a transformação social. Isso implica não apenas o domínio de conteúdos específicos, mas também o desenvolvimento de uma consciência crítica que permita identificar e enfrentar práticas discriminatórias no cotidiano escolar.

12

Os resultados também evidenciam que a formação docente para a educação antirracista deve articular teoria e prática, promovendo experiências formativas que possibilitem a aplicação concreta dos conhecimentos adquiridos. A aproximação entre universidade e escola, bem como a valorização de práticas pedagógicas exitosas, contribuem para a construção de um repertório didático mais consistente e contextualizado.

Portanto, a centralidade da formação docente na educação antirracista revela-se não apenas como um requisito técnico, mas como uma condição fundamental para a construção de práticas educativas transformadoras. Investir na formação de professores significa, portanto, fortalecer as bases de uma educação comprometida com a justiça social, a valorização da diversidade e a superação das desigualdades raciais historicamente constituídas.

Práticas pedagógicas e justiça social

As práticas pedagógicas antirracistas mostram-se fundamentais na promoção da justiça social, na medida em que contribuem para a construção de ambientes educativos mais inclusivos, democráticos e comprometidos com a equidade. Os resultados evidenciam que tais

práticas não se restringem a intervenções pontuais, mas envolvem uma reconfiguração do fazer pedagógico, orientada por princípios éticos, políticos e epistemológicos que visam enfrentar as desigualdades raciais no contexto escolar.

Nesse sentido, a adoção de práticas pedagógicas antirracistas implica a superação de modelos tradicionais de ensino, frequentemente marcados pela neutralidade aparente e pela reprodução de conteúdos descontextualizados. Em seu lugar, propõe-se uma pedagogia crítica, capaz de problematizar as relações de poder presentes na sociedade e de promover a reflexão sobre as estruturas que sustentam o racismo. Essa abordagem favorece o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte dos estudantes, estimulando-os a reconhecer e questionar situações de injustiça e discriminação.

Os achados da pesquisa indicam que práticas pedagógicas orientadas pela educação antirracista contribuem para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento das identidades dos sujeitos historicamente marginalizados. Ao incorporar conteúdos, narrativas e referências que dialogam com a realidade dos estudantes, o processo educativo torna-se mais significativo, promovendo maior engajamento e participação. Essa valorização não se limita ao reconhecimento simbólico, mas se traduz em ações concretas que buscam garantir condições equitativas de aprendizagem.

Além disso, destaca-se a importância de estratégias didáticas que promovam o diálogo, a escuta ativa e a participação coletiva. Atividades que incentivem o debate, a análise crítica de discursos e a problematização de situações cotidianas mostram-se eficazes na construção de um ambiente escolar mais reflexivo e inclusivo. Tais práticas contribuem para o desenvolvimento de competências sociais e políticas, fundamentais para a atuação dos estudantes enquanto sujeitos conscientes de seus direitos e responsabilidades.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel da escola como espaço de construção da justiça social. Os resultados apontam que, quando orientadas por princípios antirracistas, as práticas pedagógicas podem atuar como instrumentos de transformação, capazes de romper com dinâmicas excludentes e de promover relações mais equânimes. Isso implica reconhecer a escola não apenas como espaço de transmissão de conhecimento, mas como ambiente de formação cidadã, no qual valores como respeito, igualdade e solidariedade são continuamente construídos e vivenciados.

Ademais, a promoção da justiça social por meio das práticas pedagógicas antirracistas requer o compromisso institucional com políticas e ações que sustentem essas iniciativas. A articulação entre professores, gestores e comunidade escolar mostra-se fundamental para a

consolidação de uma cultura educativa que valorize a diversidade e combata todas as formas de discriminação. Nesse contexto, a escola assume um papel ativo na construção de uma sociedade mais justa, atuando como espaço de resistência e transformação.

Então, os resultados evidenciam que as práticas pedagógicas antirracistas constituem um instrumento essencial para a promoção da justiça social, ao possibilitar a construção de processos educativos mais equitativos, críticos e inclusivos. Ao articular conhecimento, reflexão e ação, tais práticas contribuem para a formação de sujeitos capazes de intervir na realidade e de atuar na superação das desigualdades raciais historicamente produzidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação antirracista configura-se como um projeto político-pedagógico indispensável para o enfrentamento das desigualdades raciais que estruturam a sociedade brasileira. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que sua efetivação não pode ser reduzida à inserção de conteúdos específicos no currículo, mas requer uma transformação ampla e profunda que alcance as dimensões epistemológicas, metodológicas, pedagógicas e formativas do sistema educacional. Trata-se, portanto, de um movimento que exige a revisão crítica das bases que sustentam a produção e a transmissão do conhecimento, historicamente marcadas por perspectivas eurocêntricas e excludentes.

14

Nesse sentido, a educação antirracista demanda o reconhecimento da centralidade das relações de poder na constituição dos saberes escolares, bem como o compromisso com a construção de práticas educativas que promovam a equidade e a valorização da diversidade. A análise desenvolvida ao longo do artigo permitiu compreender que a transformação epistemológica é condição fundamental para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva, na medida em que possibilita a legitimação de epistemologias historicamente subalternizadas e a ampliação das formas de compreender e interpretar a realidade.

Ademais, destacou-se a importância da formação docente como elemento estratégico nesse processo. A construção de práticas pedagógicas antirracistas depende, em grande medida, de professores preparados para atuar de forma crítica e reflexiva, capazes de problematizar o racismo em suas múltiplas dimensões e de promover processos de ensino e aprendizagem comprometidos com a justiça social. Nesse contexto, a formação inicial e continuada deve ser orientada por princípios que articulem teoria e prática, possibilitando aos educadores o desenvolvimento de competências necessárias para enfrentar os desafios impostos pela temática racial no cotidiano escolar.

Outro aspecto relevante refere-se à valorização de saberes subalternizados e à incorporação de epistemologias insurgentes no processo educativo. Ao reconhecer a pluralidade de formas de produção do conhecimento, a educação antirracista contribui para a construção de um ambiente escolar mais democrático, no qual diferentes vozes e experiências são legitimadas. Esse movimento não apenas amplia as possibilidades pedagógicas, mas também fortalece a identidade dos estudantes, promovendo o sentimento de pertencimento e a valorização de suas trajetórias.

No âmbito das práticas pedagógicas, evidenciou-se a importância de estratégias que promovam o letramento racial crítico, estimulando a reflexão sobre as desigualdades estruturais e incentivando a atuação dos sujeitos na transformação da realidade social. Tais práticas contribuem para a formação de indivíduos mais conscientes, capazes de reconhecer e enfrentar o racismo em diferentes contextos, bem como de atuar na construção de relações sociais mais justas e igualitárias.

Além disso, ressalta-se o papel das políticas públicas educacionais na consolidação da educação antirracista. A implementação efetiva de legislações, como a Lei nº 10.639/2003, depende não apenas de sua formalização normativa, mas de ações concretas que garantam sua aplicação no cotidiano das instituições de ensino. Isso inclui investimentos em formação docente, produção de materiais didáticos adequados e acompanhamento das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas.

Por fim, conclui-se que a educação antirracista ultrapassa os limites de uma proposta pedagógica específica, constituindo-se como um compromisso ético, político e social com a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática. Ao promover a valorização da diversidade, o enfrentamento das desigualdades e a transformação das estruturas educacionais, essa abordagem contribui para a formação de sujeitos críticos e atuantes, capazes de intervir na realidade e de participar ativamente na construção de novos horizontes sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES-BRITO, Alan. Panorama histórico-geográfico, político-pedagógico e epistemológico da educação antirracista na América Latina. **Revista Brasileira de Educação**, v. 30, p. e300126, 2025.

BRAÚNA, Carla Jeany Duarte; DA SILVA SOUZA, Davison; SOBRINHA, Zélia Maria Lemos Andrade. Letramento racial crítico: ações para construção de uma educação antirracista. **Ensino em Perspectivas**, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2022.

DA SILVA, Marcos Antonio Batista. Pedagogia, práticas pedagógicas e educação antirracista. **Currículos sem Fronteiras**, v. 23, 2023.

DE BARROS, Surya Aaronovich Pombo. Sem romantizar e sem amnésia: História da Educação como ferramenta para uma educação antirracista. **História da Educação, formação docente e**, p. 169, 2022.

DIALLO, Cíntia Santos; LIMA, Cláudia Araújo de. História dos afro-brasileiros, africanos e a educação antirracista: o olhar das/os professoras/es das licenciaturas. **Educação e Pesquisa**, v. 48, 2022.

FABEN, Alexandre; DE OLIVEIRA, Debora Santos. A educação antirracista nos cursos de biblioteconomia no brasil: um panorama da região sudeste. **Revista brasileira de biblioteconomia e documentação**, v. 18, n. 3, p. 1-16, 2022.

MONTEIRO, Deborah. **Educação antirracista e decolonial no chão da escola**. Editora Dialética, 2023.

OLIVA, Anderson; DA CONCEIÇÃO, Maria Telvira. A construção de epistemologias insubmissas e os caminhos possíveis para uma educação antirracista e anticolonial: Reflexões sobre os 20 anos da Lei 10.639/2003. **Revista História Hoje**, v. 12, n. 25, 2023.

OLIVEIRA, Nathália Pereira de; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. Escrevivências: possibilidades para uma educação antirracista. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. e280101, 2023.

TAKO, Karine Vaccaro; KAMEO, Simone Yuriko. **Metodologia da pesquisa científica: dos conceitos teóricos à construção do projeto de pesquisa**. Amplla Editora, 2023.